HISTÓRIA DA ESCOLA RURAL DE CRUZEIRO DOS PEIXOTOS (E.R.C.P.) NAS FOTOGRAFIAS DE JERÔNIMO ARANTES (1939-1959)

THE HISTORY OF THE COUNTRY SCHOOL CRUZEIRO DOS PEIXOTOS BY THE JERÔNIMO ARANTES' PICTURES (1939-1959).

Angélica Pinho Martins Rocha^()
Sandra Cristina Fagundes de Lima^(**)*

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apreender as representações da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos produzidas pelas fotografias existentes no Arquivo Público de Uberlândia (APU), no período que compreende os anos de 1933 a 1959. O emprego das fotografias como fonte pode possibilitar a compreensão do universo escolar em uma dimensão mais ampliada, pois as imagens podem ser analisadas como dispositivos que servem tanto para demonstrar quanto para construir representações dos sujeitos e dos espaços escolares. Essas representações permitem apreender noções de hierarquia, relações de poder, envolvimento da comunidade com a escola, dimensões estéticas – que se voltam para os aspectos das vestimentas, dos uniformes, dos gestos e das posturas, por exemplo – enfim, detalhes que compõem a cultura escolar e que, no entanto, buscávamos apenas nos textos escritos.

PALAVRAS-CHAVE: Cruzeiro dos Peixotos. Fotografias. Representações. Escola Rural. História.

ABSTRACT

This search objective to understand the Cruzeiro dos Peixotos Country School representations produced by photographs which are in the Arquivo Publico de Uberlândia (APU), within period between 1933-1959. The use of those photographs as source allowed the understand of the school universe in a wider dimension because the images can be analyzed as instruments used to exhibit and also to build subject and scholar spaces representations. These representations can give us the opportunity to understand the hierarchy, power relations, community involvement in the school, esthetics dimensions such as uniforms, body language, details which compose the school culture.

KEYWORDS: *Cruzeiro dos Peixotos. Pictures. Representations. Farmer School. History.*

(*) Inspetora Escolar; SME-Uberlândia. pós-graduanda em Inspeção Escolar pela Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: apmrocha@yahoo.com.br.

(**) Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas; mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia; professora da Faculdade de Educação FAGED-UFU- NE-PHE, onde desenvolve pesquisa na área de História da Educação. E-mail: sandralima@ufu.br.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dedica-se ao estudo da Instituição Escolar de Cruzeiro dos Peixotos e teve como tema as representações produzidas da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos pelas fotografias existentes no Arquivo Público de Uberlândia - A.P.U. O período analisado compreende os anos de 1939 a 1959, quando Jerônimo Arantes atuou na fiscalização deste estabelecimento de ensino e possibilitou a produção das imagens em questão.

O tema central de nossa pesquisa esteve pautado no seguinte aspecto: quais foram às representações elaboradas, por meio das fotografias, acerca do estabelecimento de ensino Cruzeiro dos Peixotos, situado na zona rural, no período que compreende os anos de 1939 a 1959? Dessa forma, o objetivo inicial foi a seleção e catalogação das fotografias do estabelecimento de Cruzeiro dos Peixotos, situado na zona rural. Estas fotografias pertencem à Coleção Professor Jerônimo Arantes - CPJA.

Ao lado das atas das reuniões escolares, dos registros existentes na imprensa e da memória daqueles que freqüentaram a escola rural, as fotografias emergem como uma fecunda possibilidade de apreender as representações que perpassam o ensino rural no município de Uberlândia e, não obstante, ainda não tinham sido exploradas em outros trabalhos que abordaram a história da educação na cidade. Dessa forma, pensamos que o presente projeto pôde contribuir para as discussões acerca da história da educação e ampliar os horizontes de pesquisa nessa área a partir do alargamento das fontes consultadas.

Além desta relevância, que julgamos pertencer ao contexto teórico-metodológico relativo ao universo da história da educação, acreditamos que a pesquisa envolvendo as fotografias da CPJA, relativas à escola rural, contribuiu para a dilatação do campo de investigações acerca da história da educação no município que já vêm sendo realizadas desde a década de 1990 no interior do Núcleo de Pesquisas em História e Historiografia da Educação – NEPHE -, ligada ao Programa de Pós - Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED -, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Os pesquisadores envolvidos com o Núcleo, além do levantamento de fontes e a constituição de um banco de dados com informações sobre a história das instituições escolares e a história da educação através da imprensa, têm

produzido trabalhos que visam apreender aspectos múltiplos das instituições escolares instaladas em Uberlândia e região. Para tanto, empregam fontes textuais e orais, e, com a realização desta investigação o universo desta documentação se ampliou, uma vez que a ele foram somadas as fontes iconográficas, por meio do emprego das fotografias, o que constituiu em um campo fértil de análise dos temas até então investigados, agora ampliados com o emprego de uma outra fonte de pesquisa.

No que diz respeito à ampliação das fontes de pesquisa, pode-se assinalar que o uso das fotografias foi inserido no horizonte dos pesquisadores no contexto em que a História abria-se para incorporar temas, objetos e fontes diversificadas. Esse momento caracterizou-se pela crítica a uma corrente historiográfica de contornos tradicionais tanto na seleção dos temas (privilégio ao campo do político, apreendido por meio de fatos e personalidades isoladas) quanto na escolha das fontes e de seu tratamento (seleção de documentos textuais, de origem oficial, tais como registros cartoriais e políticos, apreendidos a partir de uma pseudo-objetividade) e pela proposta de inovar a disciplina nos aspectos conceitual e metodológico (BURKE, 1991).

A partir de então, muitos pesquisadores têm se debruçado sobre a análise da iconografia como fonte e têm também enfrentado o desafio de desenvolver trabalhos a partir do emprego de imagens, sejam elas provenientes do cinema, da pintura e/ ou da fotografia.

Perpassa essas discussões, no caso da fotografia em particular, a preocupação em tomar o seu emprego de forma crítica, atentando para o fato de que, como todo documento, as imagens precisam ser questionadas. Nesse sentido, é preciso não perder de vista as condições existentes para a produção das fotografias; é necessário saber quem são os fotógrafos, as quais interesses eles atendem; deve-se buscar a compreensão das características sócio-culturais das sociedades onde estão inseridos os sujeitos e os objetos fotografados. Em síntese, é preciso compreender que “A imagem não é uma ilustração, é um documento integral da história” (LE GOFF, s.d, p. 153).

No início do século XX, o objetivo principal das fotografias era retratar através de imagens os conteúdos curriculares e a sua prática de ensino: oficinas, aulas de Educação Física e exposição de trabalhos manuais. Essas imagens transmitem a idéia de uma educação para o silêncio, a aparente concentração dos discentes em si mesmos, dos disciplinados e ordeiros.

As fotografias produzidas pelas instituições falam de uma história oficial produzidas para o governo, no caso das escolas federais, municipais, ou estaduais, ou para mantenedoras religiosas ou laicas, no caso das instituições particulares. As fotos são principalmente construídas por fotógrafos profissionais, associando uma estética apurada no tratamento formal (com planos bem construídos e distribuição da figuração), com um conteúdo fundado em signos que remetem à tradição humanista secular e à disciplina e moral religiosa (BARROS, 2005, p. 122).

A crença na naturalidade do registro fotográfico desenvolveu-se a partir da idéia de que a imagem resultaria de um processo exclusivamente mecânico, desconsiderando que o fotógrafo seleciona o tema, e a forma (pose) que os sujeitos serão fotografados. Considera-se na análise das imagens que o fotógrafo não é um elemento neutro diante das cenas e/ou dos sujeitos que retrata, há um objetivo intrínseco por parte do mesmo. No caso devemos ir além das imagens, desvendar aquilo que não está posto, indagar os sentidos que lhe são subjacentes e que, no entanto, não se manifestam claramente.

Tentando, pois, ir ao encontro do “sabor do passado” de que nos fala Le Goff (1998), concomitantemente, procurando esquivar das interpretações absolutistas e, ao mesmo tempo, redutoras da realidade, nesta pesquisa elegemos como categoria de análise a noção de representações, por entendermos que esta permite apreender a história tanto em sua dimensão material quanto no seu aspecto intelectual, sem, contudo, dicotomizá-los, sem opor uma dada realidade objetiva à outra subjetivada.

Deve-se, no entanto, ressaltar que ao buscar na trama histórica as imbricações entre uma tessitura objetivada e outra de conotação mais subjetiva, não está sendo pressuposto a ausência de tensões. Ao contrário, as representações são entendidas, aqui, enquanto processo constituinte do real por meio da elaboração dos significados que lhe dão sentidos. Ao serem compreendidas como processo, essas representações comportam dimensões conflituosas (CHARTIER, 1988).

As representações serão empregadas como fio condutor para se penetrar na trama pacientemente tecida pelas fotografias das escolas rurais pertencentes à CPJA. Em virtude de possibilitarem leituras múltiplas da realidade, permitindo, assim, a ruptura com um quadro epistemológico assentado em apreensões unívocas e/ ou dicotomizadas das instâncias da realidade, e também

por não dissimularem as diferentes posições ocupadas pelos atores sociais e nem ignorarem os objetivos discordantes que compõem o real.

Em síntese, o trabalho realizado com as fontes teve como pressuposto a necessidade de problematizá-las sempre, de não fetichizá-las, de não transformá-las em templos onde o passado estaria supostamente sacralizado. As fotografias, os livros, os jornais, os periódicos, as atas, foram tomados como pistas para analisarmos as representações da escola rural de Cruzeiro dos Peixotos.

Dentre as várias fotografias de escolas que há no acervo de Jerônimo Arantes foi delimitada para esta pesquisa as imagens da Escola Rural Cruzeiro dos Peixotos, em virtude dessa escola conter uma quantidade considerável de fotos. As outras fontes, como atas escolares e jornais, também continham mais informações sobre essa escola, apesar de haver um silenciamento das fontes escritas destinadas ao conhecimento das escolas rurais.

Atualmente, Cruzeiro dos Peixotos é um Distrito do município de Uberlândia, embora ainda haja uma escola rural nesse distrito, a escola na qual focamos a pesquisa não é a mesma, visto que ela se encontra em um local diferente de sua fundação. No entanto, alguns docentes e alunos que fizeram parte daquela instituição durante o período em que recortamos para a investigação estão vivos, e isso contribuiu para que a nossa pesquisa fosse voltada para essa escola, pois acreditamos que esses dados podem tornar o estudo mais rico.

A fim de organizar os dados coletados, delimitamos algumas categorias de análise acerca das imagens da escola rural de Cruzeiro dos Peixotos: relação entre alunos e alunas, autoridades e alunos, docência e a infra-estrutura da escola.

NOVOS ARES EM CRUZEIRO DOS PEIXOTOS: A EDUCAÇÃO NO POVOADO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS DIVERSOS SUJEITOS SOCIAIS

Ao dialogarmos com o jornal *Correio de Uberlândia* (1941), observamos que a ação do poder público em inserir a educação no contexto rural não era neutra, pois com o advento da industrialização e a modernização no país, a cidade tornou-se um atrativo para as pessoas que moravam no campo, visto que no centro urbano havia a possibilidade de ascensão social. Logo, o êxodo

rural tornou-se uma preocupação para as autoridades públicas, era preciso conter toda essa “anomalia”. Para isso:

[...] urge desenvolver todo um trabalho simultaneamente de assistência e de educação, no meio rural. De assistência, para que toda essa gente mantenha a convicção de que está olvidada. De educação para que toda essa gente compreenda o que representa a vida do campo e reconheça todas essas possibilidades e compensações que ela lhe ofereça. (UM NOVO AMBIENTE RURAL, 1941).

A escola construída no espaço rural seria um instrumento para tornar a vida do campo mais atraente. A educação na visão dos rurícolas seria o único meio para se obter a ascensão social, enquanto que para as autoridades públicas a escola seria a forma mais eficaz e eficiente de homogeneizar e conformar as massas à ordem social burguesa, cujo objetivo era o de civilizar o “novo homem”. Os fazendeiros também tinham os seus próprios interesses em permitir a construção da escola em suas terras, visto que esta iniciativa atrairia mais mão de obra para o campo, pois a existência de uma instituição de ensino no meio rural passava uma idéia de um lugar civilizado, semelhante ao meio urbano.

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910 -1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo (LEITE, 1999, p. 28).

Nesse sentido, percebemos que a ação de construir a escola no campo não era neutra, ou seja, isenta de interesses, aparentemente todos seriam beneficiados com a escola rural, portanto podemos inferir que tais interesses perpassavam a mentalidade dos diversos sujeitos envolvidos com a construção da escola rural em Cruzeiro dos Peixotos.

Não foi possível encontrar nas atas do legislativo, a data exata da criação da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos, mesmo que não tenhamos esclarecido tal fato, as fontes orais e as representações fotográficas, elucidam fatos relativos à história desse estabelecimento de ensino.

A depoente 1 comenta ter sido a primeira professora da Escola Rural de

Cruzeiro dos Peixotos, cujo exercício do magistério naquela escola teria ocorrido nos anos de 1930-1931. Segundo essa professora (depoente 1, 2006), no começo a escola funcionava nos fundos da única igreja que havia no povoado de Cruzeiro dos Peixotos, e apesar de toda sua precariedade no que diz respeito ao seu funcionamento, podia contar com a luz elétrica, o que era raro em escolas rurais.

No que se refere ao aspecto físico das escolas rurais, pode-se dizer que a precariedade estrutural não era um fato presente apenas na E.R.C.P., pois observamos o seguinte relato do Inspetor de Ensino Benedito Tolesa.

A casa da escola apresentava um triste aspecto: as paredes nuas, sem um quadrinho qualquer, nem uma flor sobre a mesa. O mobiliário disposto sem arte, antes com o maior desprezo, os cadernos e livros sem ordem, a sala apenas vazia – Tudo isso torna a escola antipática às crianças almas abertas à beleza da educação. (TOLESA, 1918, p. 14).

De acordo com a descrição da professora 2, o edifício escolar de Cruzeiro dos Peixotos, na época Grupo Escolar, em meados de 1943, possuía as seguintes características:

A sala era de assoalho, só com uma porta, tinha uma janela para o fundo ficávamos olhando as árvores. Era alta, arejada, na época do frio era muito forte. Na frente era a mesa do professor; dentro da sala tinha uma cantoneira com filtro. Não tinha privada, lá no fundo tinha uma cisterna, os meninos maiores buscavam água lá. Na escola não tinha banheiro. Era só o prédio da escola. (Professora 2, 2006).

Através da figura 1, reproduzida a seguir, podemos confirmar tal descrição, o prédio parecia, de fato, ser arejado devido à altura e à largura das janelas. A professora 2 continua o relato descrevendo o mobiliário da escola de Cruzeiro dos Peixotos:

[...] tinha as carteiras, sentavam até quatro alunos, tinha duas fileiras de carteiras, os meninos sentavam por série. Menino não sentava com menina. O recreio era tão grande... Não tinha armário era só a mesa do professor com cadeira. (Professora 2, 2006).

Imagem 1: Alunos da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos, s.d, APU, CPJA.

Percebe-se, com relação ao mobiliário a mesma precariedade já verificada na arquitetura da escola, pois, além de não ter armário nas salas, as crianças tinham que se espremer para sentarem quatro em uma mesma carteira.

O ASPECTO ORGANIZACIONAL E DIDÁTICO NA ESCOLA RURAL DE CRUZEIRO DOS PEIXOTOS.

O horário de funcionamento da E.R.C.P. era de 13h00 às 17:00 h, o recreio era de 15 (quinze) minutos e não havia merenda. O calendário escolar, de uma forma bem sucinta, estava organizado da seguinte maneira: de fevereiro até novembro era período de aula; em julho, dezembro e janeiro a escola entrava de férias. As aulas começavam após o carnaval. Havia uma descontinuidade no funcionamento dos trabalhos pelo fato de alguns anos a escola abrir e em outros não. Essa inconstância impedia a linearidade do trabalho escolar. Provavelmente outro obstáculo, que impedia a continuidade dos estudos seria a necessidade da mão de obra dessas crianças no campo, pois muitos auxiliavam os adultos no trabalho de plantio e colheita. Observamos nas representações fotográficas (ver figura 1), alunos que aparentavam estar acima da faixa etária

“correta”. Uma das professoras entrevistadas confirmou essa hipótese, pois, segundo comentou: “Era comum ver aqueles rapagão que não sabiam nem ler, nem escrever junto com os menores. Os alunos fora da faixa etária, eram meninos tímidos, desenvolviam pouco” (Professora 2, 2006).

No que diz respeito à fiscalização, a visita do inspetor municipal de ensino, Jerônimo Arantes, era feita de 2 (dois) em 2 (dois) meses. Na análise dos termos de visitas da inspeção constatamos a preocupação maior do Inspetor de Ensino era com os aspectos burocráticos, pois se enfatizava muito a questão do horário, do programa a ser cumprido pelo professor, análise da letra dos alunos, higiene dos alunos e limpeza das escolas. O aspecto pedagógico não era mencionado; conforme se lê a seguir: “... os alunos receberam a banca escolar com uma poesia, e apresentação de teatro... as unhas dos alunos estavam bem cortadas, limpas. A escola apresentava limpeza e organização...” (ARANTES, 1941 b, não paginado).

A exaltação nacionalista durante a Era Vargas (1939-1945) era um fator importante dentro da ideologia educacional. Era fundamental que os alunos, desde pequenos, exaltassem a Pátria e dedicassem fidelidade à mesma. Ao fundo da imagem 3, por exemplo, encontramos a Bandeira do Brasil, denotando a necessidade de os alunos mostrarem comprometimento com a Pátria Brasileira. Os alunos (homens) usavam casquete e trajavam roupas que lembravam os militares na época. De acordo com uma das professoras entrevistadas: “tinha que cantar o hino da Independência, da Bandeira, o Hino Nacional, por todo o Cruzeiro, tinha que saber todo o Hino” (Professora 2, 2006).

De fato, a professora 1 também afirmou que “... dava aula de ginástica, e eles gostavam naquele tempo, tinha que ensinar o Hino Nacional, da Bandeira” (Professora 1, 2006).

De acordo com os relatos de sua filha, para trabalhar com a turma, a referida professora dividia o quadro para os alunos da “[...] 1ª série, 2ª série, 3ª série, 4ª série. Os meninos da 3ª e 4ª série tinha que estudar o ponto, tinha a cópia para a 1ª série, 2ª série, tinha o mapa, tinha que saber o nome dos rios, capital. Em História tinham que falar os presidentes da República”. (Depoente 3, 2006).

A professora 1 acrescenta:

[...] os meninos amavam ir para a aula: eles gostavam de ir para a aula, era melhor ir para a aula do que trabalhar no campo. Era a 1ªA, 1ªB, 2ª, 3ª, tudo numa classe só, hoje é separado né?! Tudo separadinho, muito mais fácil para trabalhar 1ª A é hoje o que corresponde ao pré-escolar. (Professora 1, 2006).

Ao levarmos tal afirmação em conta, podemos observar, de fato, que nesse período as salas eram multiseriadas, nesse caso, para um único professor expor o conteúdo numa sala com aspirações e necessidades tão diversificadas não era algo tão fácil, tanto que os professores escolhiam os melhores alunos, os mais adiantados, para auxiliar os alunos de séries anteriores a sua, além de ajudar nas tarefas dos alunos mais fracos.

Quanto à disponibilidade dos recursos didáticos, na década em que a professora 1 lecionou na escola, não havia material concreto, ela relata que usava jogos para os alunos ficarem mais interessados na aula:

Tinha o jogo da cabeça e o do rabo que não era punitivo, eu usava esse jogo para tomar tabuada dos alunos, era um jogo que os alunos gostavam e dessa forma se interessavam em aprender a tabuada. Quando não dava tempo de aprender a tabuada, os alunos achavam ruim, ninguém queria ser o rabo (risos), os alunos aprendiam muito essa forma (Professora 1, 2006).

Esta prática de castigos e premiações como recursos para despertar a atenção dos alunos foi comentada por Almeida. De acordo com a autora “A necessidade de destacar e premiar os mais capazes fazia parte das práticas escolares impregnadas de uma concepção educacional fundada na consagração das diferenças educacionais com base no valor do mérito individual” (ALMEIDA, 1998, p. 177).

Outro recurso didático que a Professora 1 usava para lecionar, eram os livros didáticos: “Eram os meninos quem compravam os livros. Cada um tinha o seu livro (Geografia, História, Português, Ciências). Os alunos nunca reclamaram de comprar, eles preferiam ir para a escola do que trabalhar” (Professora 1, 2006). A Professora 2 relata o mesmo fato dizendo que os

livros didáticos eram comprados pelos alunos, o livro era passado do irmão mais velho para o irmão mais novo. Os livros literários chegavam em uma caixa (Professora 2, 2006). Os alunos também tinham que comprar os seguintes materiais: caderneta, tinteiro, caneta com a pena, lápis, borracha, sendo necessário que o material durasse todo o ano.

A lenta transformação verificada nos usos dos recursos didáticos foi comentada por Hilsdorf (2006) ao discutir que o aparecimento da pedra ardósia de uso individual (lousa) e coletivo (quadro negro) entre o final do século XVII, e início do século XVIII, provocou uma verdadeira revolução, sob dois sentidos. O primeiro foi o de facilitar a execução simultânea da prática da escrita e da leitura e a organização da classe única e coletiva, sem subdivisões, apoiada de modo cômodo nos joelhos, precedendo o aparato tradicional dos instrumentos da escrita, a ardósia, permitia que todos os alunos exercitassem as letras ao mesmo tempo. O segundo incide sobre o aspecto econômico, pois a lousa de ardósia era considerada como “o papel dos pobres”, pelo fato de possibilitar a constante reescrita das letras. Era preciso cerca de 10 (dez) tipos de instrumentos para escrever: papel, tinta, penas de ganso e de pato, areeiro, canivetes, porta-penas, tinteiros, modelos das letras, régua e esquadros para traçar as pautas e margens do papel. A etapa da escrita era feita por etapas minuciosamente regulamentadas. Aparar a pena era um conhecimento codificado em regras específicas, e seu acesso era reservado ao mestre e alunos mais experientes, para cada tipo de letra havia ângulos adequados.

A QUESTÃO DO GÊNERO

À VOCAÇÃO NATURAL DE SER MÃE, PROFESSORA E MULHER

Ao cruzarmos a análise das atas escolares, os termos de visitas elaborados pelo Prof. Jerônimo Arantes e as imagens da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos, observamos a predominância do gênero feminino no exercício do magistério em detrimento do masculino, como constatamos na imagem 2.

Imagem 2. Alunos e Professores da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos, s.d., APU, CPJA.

No jornal *Correio de Uberlândia*, verificamos a representação das professoras primárias como “figuras sempre devotadas aos seus deveres” (GRUPO ESCOLAR CRUZEIRO DOS PEIXOTOS, 1953).

Segundo a visão positivista, a mulher era um ser dotado de intelectualidade inferior ao homem e era um ser extremamente frágil. Por isso, ela deveria aceitar desde pequena a sua função de ser mãe e dona de casa. A Igreja Católica também pregava que a mulher deveria ser a guarda da moral, responsável pelo culto religioso e a harmonia familiar (MELO; INÁCIO FILHO, 2001).

A mulher, na visão da sociedade conservadora, seria o ser mais bem preparado para educar as crianças, não somente nos primeiros anos de vida, mas em toda a sua trajetória escolar, visto que a função de ser professora, nada mais era do que a extensão da maternidade.

O fenômeno da feminização do magistério acompanhou o desenvolvimento da industrialização e urbanização próprias da formação social e econômica. Há que se considerar, por dentro desse processo, características culturais próprias da mulher como ser social que permitiam a consolidação desse perfil do professorado (HYPOLITO, 1997, p. 25).

De acordo com essas representações, a mulher já tinha os dons naturais para instruir os alunos, ela não precisaria largar seus afazeres domésticos, haja vista que iria trabalhar apenas meio período, logo a renda que receberia de seu trabalho seria apenas um complemento para auxiliar nas despesas da família. Essa representação também estava presente na fala das entrevistadas: “Professor não importava com salário, passava até seis meses sem receber, gozava de regalias, ele era mais que professor, sobressaía na comunidade” (Professora 2, 2006).

Porém antes do sujeito exercer a função docente, ele deveria professar a sua fé e fazer um juramento de fidelidade à Igreja: “[...] o que professa a fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos, com parca remuneração aqui farta na eternidade” (KREUTZ, 1986, p.13). Neste caso, não seria fundamental ser bem remunerado, pois o magistério nada mais seria do que um dom, uma vocação.

A SEPARAÇÃO ENTRE MENINOS E MENINAS

Observamos nas imagens analisadas um equilíbrio quantitativo entre meninos e meninas em faixas etárias menores. Dentre os alunos que apresentavam estar em uma faixa etária mais avançada, havia um número maior de meninas em detrimento dos meninos. Pensamos que a gradativa ausência de meninos maiores estivesse relacionada ao fato de que, a partir de uma determinada idade, os meninos já eram obrigados a trabalharem no campo com os pais, e a escola era relegada ao segundo plano.

Outro aspecto importante que se deve levar em conta, ao discutirmos a relação entre meninos e meninas, é a questão do traje. As meninas trajavam vestidos ou saias; aquelas que apresentavam ter uma idade mais avançada usavam saias abaixo do joelho, enquanto as menores usavam a saia mais curta. Os meninos usavam short ou calça, sempre com camisa fechada, nenhum garoto trajava camiseta regata.

A separação também ocorria no nível dos conteúdos, pois o ensino para meninos e meninas era diferenciado. Apesar de alunos e alunas estudarem na mesma sala, observamos que as professoras, ao contrário dos professores, eram mais rígidas com a grafia, em especial com as meninas, enquanto que os professores eram mais severos com a disciplina e a aritmética. Este fato foi

verificado na fala de uma professora entrevistada: “A dona Iolanda era normalista, ela tinha uma grafia muito bonita, ela brigava comigo por causa da minha letra feia” (Professora 2, 2006).

Com efeito, segundo Cambi (2000), aos meninos era destinado o estudo da aritmética, enquanto às meninas bastavam ter uma boa grafia. Tal afirmação leva a pensar que esse ensino voltado para aritmética poderia estar aliado à idéia de que os garotos teriam vocação ao trabalho, com o comércio, cálculo, logo seria importante enfatizar a aritmética, enquanto as meninas teriam a “vocação natural” de se tornarem boas donas de casa, ou seja, a grafia era importante para transcrever uma receita e escrever uma carta, na educação dos filhos, o trabalho intelectual não era tão essencial nos afazeres de casa.

AUTORIDADES

Conforme informamos anteriormente, a visita do Inspetor Jerônimo Arantes à escola era feita de 2 em 2 meses. A professora 1 descreve-o com muita afeição, passando a informação de que embora o professor Arantes fosse uma autoridade pública, era uma pessoa muito receptiva: “o Jerônimo era muito educado, gostava de brincar com os alunos e professores. O Jerônimo Arantes era um amigão nosso, ele pedia para gente avaliar: História, Geografia, Português, Ciências. O Jerônimo interrogava os alunos teoricamente”(Professora 1, 2006).

Embora houvesse afeição pelo inspetor, no que tange à relação entre autoridades e alunos, as imagens fotográficas passam a idéia de que os alunos tinham um profundo respeito para com as autoridades. Era preciso enfatizar a hierarquia, observa-se nas fotografias que as autoridades sempre apareciam em locais de destaque.

A professora 2 relata da seguinte forma a relação entre os alunos e autoridades/ Inspetor de Ensino:

[...] relação muito respeitosa chega um Inspetor de Ensino todo de terno e gravata, ele passava para gente um ar de cultura, chegou o Jerônimo Arantes, abre ala para ele passar; chegou uma autoridade. Ele vinha aqui só para vistoria a escola, D. Delicia Arantes, filha dele era brava, muito brava, carrancuda (Professora 2, 2006).

Mas no meio rural, não parecia haver muitos problemas relacionados à indisciplina dos alunos. Segundo uma das professoras entrevistadas: “Os meninos do campo são mais humildes, mas os meninos eram educados, bonzinhos. Nunca usei palmatória, eles eram dedicados” (Professora 1, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de tentarmos responder aos objetivos propostos, procuramos dialogar com as diversas fontes: iconográficas, textuais, impressas e orais. Procuramos empregar as fontes de forma crítica, atentando para o fato que qualquer fonte necessita ser questionada. Para estabelecer o diálogo com as fontes procuramos contextualizá-las de acordo com o período em questão.

O trabalho realizado com as fontes iconográficas teve como pressuposto a necessidade de compreender a produção das fotografias, nos aspectos mais diversos, pois as imagens são resultados de elaborações e, como tais, contêm suas características próprias, como, por exemplo, o tipo de máquina que estava sendo usada, as características do filme, em que época a imagem foi retratada, se a mesma possuía flash, dentre outros fatores. Por isso “a interpretação da imagem tem de levar essas condições em consideração, bem como o estágio tecnológico alcançado pelos recursos fotográficos por ocasião da tomada” (LEITE, 1986, p. 1490).

Se do ponto de vista das autoridades enfatizava-se a representação de uma escola ideal e disciplinada, observamos que para algumas famílias, ao contrário, a escola não era prioridade, pois através das imagens e dos depoimentos, percebemos o quanto era comum ver alunos com uma idade mais avançada junto com os alunos que aparentavam ter uma idade menor, talvez devido à necessidade de os pais levarem os filhos para trabalharem nas lavouras, no campo. Outro ponto relevante para discutirmos sobre essa educação tardia, era o fato de a escola ser temporária, não havia linearidade no tempo escolar, pois a escola abria em um ano e fechava no seguinte.

A despeito da idealização, também constatamos que não havia por parte do poder público uma preocupação voltada para formar professores, eles eram selecionados, ou melhor, indicados pelos representantes do poder local. O indivíduo estaria apto para exercer o magistério se tivesse um 4º ano bem feito. Era raro ver um professor que tivesse Curso Normal, em especial na

zona rural, pois nesse local havia um ensino mais rápido e sem aprofundar no conteúdo. “A educação em nível médio, deveria ser o suficiente, as jovens brasileiras, deveriam crescer com o destino profetizado de serem esposas, mães, e em caso de necessidade, professoras” (ALMEIDA, 2004; p.74).

Observamos um silenciamento das atas do legislativo, dos jornais, e um descaso por parte das autoridades públicas em relação ao ensino rural, talvez pela concepção de modernidade, urbanização, desenvolvimento, industrialização que vigorava na época, certamente investir no campo seria algo retrógrado, incabível para os anseios do homem moderno.

FONTES

Fontes Documentais

ARANTES, Jerônimo. *Térmo de Visita da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos*, ata n. 94, Uberlândia, 29 de jul. 1941, Uberlândia, APU.

ARANTES, Jerônimo. *Térmo de Visita da Escola Rural de Cruzeiro dos Peixotos*, ata n. 94, Uberlândia, 03 de out. 1941, Uberlândia, APU.

UM NOVO AMBIENTE RURAL. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 19 de jun. 1941, APU.

GRUPO ESCOLAR DO CRUZEIRO DOS PEIXOTOS. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 06 jan. 1953, APU.

Fontes Orais

PROFESSORA 1, 2006.

PROFESSORA 2, 2006.

DEPOENTE 3, 2006.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. *O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas: UNICAMP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et all (Orgs.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, p. 59-72, 2004.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*. Autores Associados, n. 113, p. 167-184, 2001.

BARROS, Armando Martins. Os álbuns fotográficos com motivos escolares: Veredas ao Olhar. In: GATTI JÚNIOR, D; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Uberlândia: EDUFU, Campinas: Autores Associados, p. 117-132, 2005.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e Imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *A reflexão francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Iconografia e História. *Artigos e Ensaios*. Campinas: Papirus, n. 1, p. 9-17, 1990.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1998.

KREUTZ, Lúcio. Magistério: vocação ou profissão? *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 3, p. 12-16, 1986.

HILSDORE, Maria Lúcia Spedo. *“O aparecimento da escola moderna”*: Uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HYPOLITO, Álvaro L. Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: PAPIRUS, 1997.

LE GOFF Jacques. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: UNESP, 1990.

LE GOFF Jacques. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, s.d.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A Imagem através das palavras. *Ciência e Cultura*, n. 38 v. 9, p. 1483-1495, 1986.

MELO, Geovana Ferreira; INÁCIO FILHO, Geraldo. O Positivismo e sua influência na constituição dos modelos femininos: algumas correlações com a moral católica nas primeiras décadas do século XX. *Cadernos Espaço Feminino*, n. 9 v. 8, p. 30-51, 2001.

MORAES, Maria Célia Marcondes. Educação política e ideologia: Análise de algumas propostas educacionais de Francisco Campos. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 16, v.5, dez, p. 5-11, 1992.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A escola no regime mineiro: o caso mineiro. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, dez. 1987, p. 3-10.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Panorama, 1980.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1919)*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar*. Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.

TOLESA, Benedito. Anuário do ensino do Estado de São Paulo; p. 14. In: ALMEIDA, Jane Soares. *O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas: UNICAMP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves, FARIA E Luciano Mendes de. *As lentes da História*. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.